

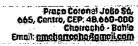
GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO ADMINISTRATIVO/LICITATÓRIO №. 105/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO №. 035/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 107/2025

Contratante: PREFEITURA MUNCIPAL DE CHORROCHÓ, CNPJ: 13.915.665/0001-77, Contratada: JOAO GILBERTO DE ARAUJO LTDA, CNPJ: 37.115.521/0001-02. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção e fornecimento de diversos materiais gráficos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Chorrochó e diversas secretariais. Processo Administrativo/Licitatório nº. 105/2025 - Dispensa de Licitação nº. 035/2025. Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021. Valor Global do Contrato: R\$ 61.557,20 (sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos). Data de assinatura: 11/08/2025. Vigência: 11/08/2025 a 31/12/2025. Uilde Irla de Oliveira - Prefeito Municipal.





CONTRATO No. 107/2025

PRESTAÇÃO CONTRATO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CHORROCHO E A **EMPRESA** JOAO **GILBERTO** ARAUJO LTDA EPP NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHORROCHÓ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNP3 sob o no: 13.915.665/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito o Sr. . Uilde Irlã de Oliveira, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF/MF sob o no. 002.830.315-65 e R.G. nº 07395042-40 SSP/BA, residente e domiciliado na Rua Vereador Francisco Pereira, s/n, centro, Chorrochó-BA, doravante denominado CONTRATANTE e a pessoa jurídica JOAO GILBERTO DE ARAUJO LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o no. 37.115.521/0001-02 com sede na Rua São Francisco, S/Nº, Lot. Pio XI Lote 33, no Alto do Alencar, Juazeiro-BA, CEP: 48.905-486, neste ato representada pelo Sr. João Gilberto de Araújo, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº. 1520052189 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 860.135.285-51, residente e domicifiado na Rua São Francisco, 22, Alto do Alencar, Juazeiro-BA, cep: 49.905-486, doravante **CONTRATO** presente CONTRATADA, estabelecem no FORNECIMENTO/AQUISIÇÃO, conforme Processo Administrativo/Licitatório nº. 105/2025 -Dispensa de Licitação nº. 035/2025, com data de homologação do dia 11 de agosto de 2025, resolvem de comum acordo celebrar o presente contrato, que se regerá pela Lei nº. 14.133/2021 e Decreto Municipal nº. 009/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. Constitui o objeto do presente contrato a Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção e fornecimento de diversos materiais gráficos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Chorrochó e diversas secretariais.
- 1.2. Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Processo Administrativo/Licitatório nº. 105/2025, Dispensa de Licitação nº. 035/2025, bem como a proposta da CONTRATADA. anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório.
- 1.3. A execução do objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o descrito no Termo de referência e no Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação e demais anexos, que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, e regido pela Lei nº. 14.133/2021 e Decreto Municipal nº. 009/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

1.4. - Especificações:

	and the second of the second o	· · · · · ·					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	, v.	UNIT.		V. TOTAL
01	IMPRESSÃO DE ADESIVO COM APLICAÇÃO EM LOCAL OU VEICULO INDICADO	UNID	30	RS	165,83	R\$	4.974,90
02	IMPRESSÃO EM LONA 440G, EM PLOTIER ECOSOLVENTE, CONFORME ORIENTAÇÃO DA SECRETARIA	Mª	33 1	RS	94,55	R\$	2.836,50
03	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO PARA PORTAS EM PVC	UNID	50	Rs.	46,12	R\$	2.306,00

Proce Coronal Jose Si 605, Centra, CEP: 48,000, 100 Chargodno Caler

icha ilmafeoth





				**** 10,510	The section of the se	r) edika mimerakan	ariathaganestria mesena anami menerina.
04	BLOCO DE ANOTAÇÕES 100X1, F36	UNID	100	, Rs	13,71	R\$	1.371,00
05	BLOCO DE COMUNICAÇÃO INTERNA C/100	UNID	50	R\$	15,27	R\$	763,50
06	BLOCO DE CRIDEM DE COMPRA 50X3	BI.	50	: R\$	17,80	RŚ	890,00
07	CARIMBO AUTOMÁTICO 4912	SL	30	Rs	47,99	25	1 421,70
08	CARIMBO COMUM	UNID	20	R\$	29,88	£.s	597,80
09	CERTIFICADO COLOR, FRENTE E VERSO, TAMANHO A4	UHID	100	RS	10,24	Rs	1.024,00
10	CONFECÇÃO DE CARTAZES COLOR A3	UNID	50	R\$	6,54	R\$	327,00
11	CONFECÇÃO DE CAMISA SUBLIMAÇÃO TOTAL	DIMU	150	R\$	67,08	Rs	10.052,00
12	CONFECÇÃO DE CRACHA COM CORDÃO PARA EVENTOS	UNID	200	RS	3.67	R\$	734,00
13	IMPRESSÃO DE CRACHA FUNCIONAL COMPLETO EM PVC	UNID	50	RS	40,70	Rs	2.035,00
14	CONFECÇÃO DE MATERIAL EM MDF CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA	M²	30	R\$	353,10	R\$	10.593,00
15	MATERIAL PERSONALIZADO EM ACRILICO DE ACORDO COM METRO QUADRO E ESPECIFICAÇÕES DE ARTES A RECEBER	Ma	30	R\$	721,36	Rs	21.640,80
	VALOR T	OTAL	•			R\$	61.577,20

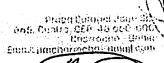
- 1.5. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação independentemente de transcrição:
- 1.5.1. O Termo de Referência que embasou a contratação:
- 1.5.2. A Autorização de Contratação Direta;
- 1.5.3. A Proposta da CONTRATADA; e
- 1.5.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

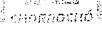
CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO (Art. 92, IV)

2.1. O regime de execução contratual será parcelado, em virtude da necessidade, conforme proposta apresentado pela Contratada, constante dos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 105/2025, que independente de transição integra este instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO (Art. 92, V e VI)

- 3.1. PREÇO
- 3.1.1. O valor global da contratação é de R\$ 61.557,20 (sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos).
- 3.1.2. O pagamento será realizado de forma única, mediante apresentação de NF, posterior a entrega do objeto.







- 3.1.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.1.4. O pagamento perá realizado mediante transferência bancária, na agência bancária e conta corrente indicados pelo contratado.

3.2. - PRAZO DE PAGAMENTO

- 3.2.1. O pagamiento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega do objeto, bem como o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, considerando o Art. 137, 929, inciso IV, da Lei nº. 14.133, de 2021, mediante a apresentação das Notas Fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente, segundo seus preços unitários e as quantidades efetivamente recebidas, acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) Prova de regularidade junto a Fazenda Federal, referente a Tributos Federais, Divida Ativa da União e INSS;
 - b) Prova de regularidade junto ao FGTS.
 - c) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual;
 - d) Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho;
 - e) Prova de regularidade junto a Fazenda Municipal.
- 3.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

3.3. - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.3.1. A emissão da Nota l'iscal/Fatura ser precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.
- 3.3.2. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) O prazo de validade;
 - b) A data da emissão;
 - c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d). O período respectivo de execução do contrato;
 - e) O valor a pagar; e
 - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabiveis.
- 3.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;
- 3.3.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-líne ao SICAF ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº, 14.133/2021.
- 3.3.5. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
 - a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, pem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 3.3.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de arregularidade do contratado, se providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regulario



June's Corpany Jack So 668, General CEP, 40 and 1000 Classocity - Input Chassocity - Input State Corp. See Stanton

Harry

-3





- 4.2. As partes poderão, também, alterar esse instrumento de Contrato, através de Termo Aditivo a ele, onde se observem as regras previstas na legislação contratcal específica sobre o assunto. assim como progradá-lo quando do seu vencimento, mediante convenção das partes, nos termos. do Artigo 1 / da ca: Mº: 14.133/2021.
- 4.3. O contrato tibo poderá ser prorregado quando o contratado over sido penalizado nas sanções de declaração de inidependade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA (art. 92. VIII)

5.1. - As despesas decorrentes da execução do contrato conterão à conta dos Recursos circamentários origindos do Orcamento de 2025, cuja dotação organientária de verá ser informação pela Secretaria de Finanças, conforme abasso:

ÓRGÃO: 2 POEFETEURA MUNICIPAL DE CHORAOCHÓ

SECRETARIA 2.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2.02 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 4.122.0002.2.201 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADAUNISTRAÇÃO ELEMENTO DESPESA: 3.3.90.39- OUTROS SERVIÇOS DE TERCETROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE: 500

ÓRGÃO: 2 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORROCHO

SECRETARIA: 2.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

UNIDADE ORCAMENTÁRIA: 2.07.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE: 13.392.0005.2.415 MANUTENÇÃO DOS FESTEJOS E ATEVIDADES

CULTURAIS

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCHIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 500

ÓRGÃO: 3 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CHORROCHÓ SECRETARIA: 3.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASTRUMBICA SUCURI UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 3.01.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA PROJETO/ATIVIDADE: 8.122.0008.2.500 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 500

ÓRGÃO LO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CHURMOCHÓ SECRETARIA: 3.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 3.01.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA PROJETO/ATIVIDADE: 8.122.0008.2.502 FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CMAS) ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA FONTE DE RECURSO: 500/660

ÓRGÃO: 3 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CHORROCHO SECRETARIA: 3.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL UNIDADE ORÇAMENTARIA: 3.01.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

PROJETO/ATTVIDADE, 8.122.0008.2.605 BLOCO DE GESTÃO DO PROG BOLSA FAMILIA E DO

CAD. UNICO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - QUIROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 660



ene, Cantro





ÓRGÃO: 3 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CHORROCHO SECRETARIA: 3.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL UNIDADE ORÇAMENTÂRIA: 3.01.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA PROJETO/ATIVIDADE: 8.245.0008.2.607 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DÉ TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 660/661

ÓRGÃO: 3 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CHORROCHO SECRETARIA: 3.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 3.01.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA PROJETO/ATIVIDADE: 8.122.0008.2.810 BLOCO DE GESTÃO DO SUAS -IGD-SUAS

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA FONTE DE RECURSO: 660

ÓRGÃO: 3 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CHORROCHÓ SECRETARIA: 3.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 3.01.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE: 8.245.0008.2.812 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPE DE MÉDIA E

ALTA COMPLEX (MAC)

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 500/661

ÓRGÃO: 3 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CHORROCHÓ SECRETARIA: 3.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 3.01.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE: 8.244.0008.2.814 PROCADSUAS

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 660

ÓRGÃO: 3 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CHORROCHÓ SECRETARIA: 3.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 3.01.02 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE: 8.245.0008.2.905 PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 660

ÓRGÃO: 4 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

SECRETARIA: 4.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0007.2.040 MANUTENÇÃO DAS DO. AGENTE AÇÕES

COMUNITARIO DE SAUDE - ACS

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCETROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 600

ÓRGÃO: 4 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA: 4.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0007.2.116 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 600

ORGÃO: 4 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA: 4.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



465, Control CEP, 43 Cott 809 Stratherna Boths





UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0007.2.117 MANUTENÇÃO DO NUCLEO DE APOIO À SAÚDE DA

FAMILIA - HASE

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 600

ÓRGÃO: 4 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA: 4.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ORCAMENTÁRIA: 4.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0007.2.118 MANUTENÇÃO DA SAUDE BUCAL - SB

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA FONTE DE RECURSO, 600

ÓRGÃO: 4 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA: 4.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.122.0007.2.501 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC MUN DE SAÚDE ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 500.1002

ÓRGÃO: 4 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA: 4.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.301.0007.2.502 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

FONTE DE RECURSO: 500.1002/600/600.3110/600.3130

ORGÃO: 4 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA: 4.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.305.0007.2.503 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM

SAUDE - EPIDEMIOLÓGICA

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 600

ORGÃO: 4 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA: 4.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 10.302.0007.2.807 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO

ESPECIALIZADA EM SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 600/621

ÓRGÃO: 5 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA: 5.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 5.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 12.122.0004.2.409 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESÁ: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 500,1001

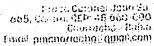
ÓRGÃO: 5 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA: 5.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 5.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO













PROJETO/ATIVIDADE: 12.365.0004.2.401 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTILPRÉ-ESCOLA ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA FONTE DE RECURSO: 541/542/550

ÓRGÃO: 5 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA: 5.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 5.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 12.785.0004.2.402 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL CRECHE ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.80.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TEPCEIROS -- PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 500.1001/541/550

ÓRGÃO: 5 FUNUO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA: 5.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 5.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 12.361.0004.2.404 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FONTE DE RECURSO: 500.1001/542/543/550/551

ÓRGÃO: 5 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA: 5.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 5 01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 12.782.0004.2.816 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TRANSPORTE

ESCOLAR

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA FONTE DE RECURSO: 500.1001/540/543/553

CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

6.1. - Não havera exigência de garantia contratual da execução

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, XIV)

- 7.1. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas exigidas e da legislação pertinente e em vigor;
- 7.2. Exercer a fiscalização da execução do objeto contratual através de Fiscal de Contrato especialmente designado, na forma prevista na Lei nº. 14.133/21;
- 7.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.6. Nouficar a Contratada por escrito da ocorrencia de eventuais imperfeições no equipamento adquirido, fixando prazo para a sua correção;
- 7.7. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV)

- 8.1. Fornecer os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 8.3. Assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento dos serviços adquiridos, nos termos da legislação vigente;
- 8.4. Dar cumprimento a todas as determinações e especificações estabelecidas neste Termo de Referência;



Progridation Adde St. Basi, nauto, 189, 46, 830-000 Unicidente programme Englispinitorio I. guadente





- 8.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- 8.6. Sujeitar se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, prestando-lhes todos os esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas;
- 8.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- 8.8. Nomear um preposto responsável pelos serviços, quando necessário reportar-se ao Fiscal de Contrato, adolando as providências pertinentes a correção das falhas detectadas.

CLÁUSULA NONA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato.
- 9.1.2. dar causa à inexecução parcial do continto que cause grave dano a Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse colativo:
- 9.1.3. dar causa à înexecução total do contrato;
- 9.1.4. deixar de entregar a decumentação exigida para o certame;
- 9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- 9.1.9. fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de quaiquer natureza:
- 9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o confuio entre os fornecedores, em qualquei momento da dispensa, mesmo após o encerramento do prazo licitatório.
- 9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- 9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. $5^{\rm o}$ da Lei ${\rm n}^{\rm o}$ 12.846, de ${\rm 1}^{\rm o}$ de agosto de 2013.
- 9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - a) Advertência pela falta de subitem 9.1.1 desta Contratação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 0,5% (cinco decimas por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 desta Contratação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, you



Az anat leninga apad 090-098 Br. 930 jennes Ban indi - Memorial omat - Memorial omation - Memorial

That





casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela proviere a para a Administração Publica.
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos orgãos de controle.
- 9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 9.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 9.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- 9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de $1^{\rm o}$ de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 9.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 9.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.135, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº. 9.784, de 1999.
- 9.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO (art. 92, XVIII e art. 117)

- 10.1. O regime de execução contratual, o modeio de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência do Edital.
- 10.2. Os serviços, constante neste contrato será fiscalizado com anuência das partes pelo Sr. **ÊNIO JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS**, portador de RG nº. 15.398.200-41 SSP/BA, inscrito no CPF/MF nº. 076.023.215-61, residente e domiciliado na Rua do Contorno, nº. 17, centro, Chorrochó-BA, doravante denominado "Fiscal do Contrato", que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.
- 10.3. À Fiscalização compete, entre outras atribuições



enero Camani Joda Sa 605, Cantre, CEP: 40-660-000 Camanine - Demo Cama proportocha camarican

Hause





- Solicitar à Contratada e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- II. Acompanhar os e atestar os serviços;
- III. encaminhar à Administração Pública, os documentos que relacionem as importâncias relativas e muitas aplicadas à Contratada, bem como os referentes a pagamento.
- 10.4. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

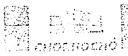
- 11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 11.2. Se as obrigações não forem cumpndas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
 - a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e
 - b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº. 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
 - a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

12.1. - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei $n^{\rm o}$. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicaveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei $n^{\rm o}$. 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

- 13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n^o 14.133, de 2021.
- 13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simple apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº. 14.133, di 2021.



Drace Council June Su Ods. County, Cho 49,880-980 Charachie Balia Emoc pinchonacha magarcan

Marin Marin







CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. - Incumbică a CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na cei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO (art. 92, §10)

- 16.1. As partes contratantes elegem o Foro do Municipio de Chorrochó-BA, como único competente para dinimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato. com remarca expressa por qualquer outro, nos termos do conforme art. 92, \$10 da Lei nº
- 16.2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (trés) vias de igual teor e forma, os representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA juntamente com as testemunhas, abaixo e a tudo presente, para que se produzam os efeitos legais.

Chorrochó-BA, 11 de agosto de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORROCHO

CONTRATANTE

GILBERTO DE ARAUJE JOÃO GILBERTO DE ARAÚJO CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Propa Coroses de la ser on S. Control CED. Associo 600 Chuerockió - Danie their impringions againflown



Portarias



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORROCHÓ CNPJ: 13.915.665/0001-77

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 123/2025

NOMEIA FISCAL DE CONTRATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORROCHÓ, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e pela Constituição Federal e, CONSIDERANDO o disposto no art. 117, "caput" da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração,

RESOLVE:

- Art.1º. Nomear como FISCAL DE CONTRATO o servidor ÊNIO JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS, portador de RG nº. 15.398.200-41 SSP/BA, inscrito no CPF/MF no. 076.023.215-61, residente e domiciliado na Rua do Contorno, nº. 17, centro, Chorrochó-BA, para o contrato referente a Dispensa de Licitação nº. 035/2025, Processo Administrativo/Licitatório nº. 105/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção e fornecimento de diversos materiais gráficos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Chorrochó e diversas secretariais, conforme Contrato Administrativo no. 107/2025.
- Art. 2º. Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade o emitir respectivos relatórios;
- II Propor a ceiebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
- III Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
- IV Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- V Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
- VI Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
- VII Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em tavor da contratada;
- VIII Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;





Praço Coronel Jako Só, 665, Centro, GEP: 48,660-000 Charrachó - Batio Email: pmchotrochoffamulicom



GABINETE DO PREFEITO

- IX Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- X Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
- XI Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá las à unidade competente para pagamento;
- XII Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontramse de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- XIII Verificar se as Faturas/Notas Fiscais da Contratada estão acompanhadas das certidões negativas (FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, FGTS e TRABALHISTA);
- XIV XIV Exercer outras atribuições exigidas pela legislação pertinente.
- Art. 3º. O Fiscal nomeado deverá ser entregue pelo Setor de Compras, imediatamente após a ciência de sua nomeação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
- Art. 4º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.
- Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Chorrochó-BA, aos 11 de agosto de 2025.

UILDE IRLA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal



Pracio Coronel João Sá, 669, Contro, CEP: 48,660-000 Cheroché - Bahia Email: prochorocha il graell agm